

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 790 - de 21 de julho a 4 de agosto de 2016

OS GOLPISTAS QUEREM:

**Reforma da Previdência • Entrega do Pré-Sal
Reforma trabalhista • Jornada de 80 horas
Cortes na saúde e educação...**

NÃO!

Derrotar o Golpe! Fora Temer!

CUT DISCUTE A GREVE GERAL

Partido

O inaceitável voto de petistas no golpista Maia
pág. 4

Dialogo e Ação Petista

Manifesto "Pela
Reconstrução do PT"
pág. 5

Fora Temer

Petroleiros marcam greve
para início de agosto
pág. 6

Palestina

Com a Intifada, a juventude
dá uma resposta
pág. 11

“Escola sem Partido” já faz vítimas

Em Curitiba, professora é punida por ensinar Marx, alunos reagem

No início de julho, um trabalho de sociologia dos alunos do primeiro ano de uma escola pública de Curitiba causou o afastamento da professora. Motivo? O ex-blogueiro da Veja, Rodrigo Constantino, a acusou de fazer “doutrinação marxista”.

Com o título “Marx é Baile de Favela”, o trabalho dos alunos do 1º B do Colégio Estadual Profª Maria Gai Grendel consistia em uma paródia do funk Baile de Favela, com uma letra que abordava o pensamento de Karl Marx, a partir da matéria vista em sala e que consta das Diretrizes Curriculares.

Diz a música: “Os burgueses não moram na favela/Estão nas empresas explorando a galera/E os proletários, o salário é uma miséria/Essa é a mais-valia, vamos acabar com ela”.

UNE dá passo atrás

Plebiscito sobre antecipação das eleições enfraquece resistência ao golpe

O Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE (15 a 17 de julho) decidiu apoiar a realização de Plebiscito oficial sobre novas eleições presidenciais.

A resolução, defendida pela UJS (PCdoB), DS e CNB (PT) joga na derrota afirmando que “o impeachment se consolidou”, e conclui propondo “uma repactuação democrática”... com os golpistas, faltou dizer! Sim, porque esta proposta implica acordo com golpistas no Congresso reacionário para votar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), o que só enfraquece a resistência.

Isso quando a UNE deveria mobilizar nas universidades pelo “Fora Temer” e em defesa dos direitos dos estudantes, ameaçados pelo governo golpista que quer limitar gastos com educação e saúde. Com essa decisão a UNE deu um passo atrás.

A “oposição de esquerda”, que quase rachou a delegação por conta da proposta do PSOL de eleições gerais, deu uma mãozinha à repactuação afirmando que “o povo tem que decidir”.

Sarah Lindalva, diretora da UNE e da Juventude Revolução, destacou que “a UNE deveria mobilizar estudantes defendendo seus direitos e realizar uma consulta através de plebiscito na base sobre a construção de uma greve geral por nenhum direito a menos, fora Temer, que a CUT discute neste momento”.

Tem razão, pois a hora é de unidade contra o golpe e não de conciliação.

Paulo Riela

O vídeo alcançou mais de 150 mil visualizações em menos de 24 horas e virou alvo dos conservadores.

A partir da “denúncia” feita por Constantino na página do Facebook da escola, o Núcleo de Educação afastou a professora de sociologia Gabriela Viola das aulas. Gabriela é professora PSS, ou seja, tem um contrato precário como professora.

Alunos reagem e direção a recua

O afastamento gerou imediata mobilização dos estudantes, que iniciaram a campanha #VoltaGabi. No dia 6, os alunos fizeram um protesto silencioso durante a execução do Hino Nacional e oração (os alunos são obrigados a rezar todos os dias) e, durante o intervalo, cantaram a paródia. A direção da escola tentou impedir a filmagem do protesto e chamou a Polícia Militar, que entrou na escola fortemente armada para intimidar os alunos. A intimidação chegou ao cúmulo de um representante do Núcleo de Educação passar em sala, com a direção da escola para ameaçar os estudantes de negar a matrícula deles no ano que vem em toda a região.

A partir de toda essa mobilização dos estudantes e com a intervenção do Sindicato, a professora pôde retornar à escola na segunda, dia 11, mas essa luta não acaba aqui.

“Assédio ideológico?!”

Não é possível aceitar esses ataques. Tais tentativas de proibir autores ou



Professora Gabriela Viola suspensa no colégio de Curitiba

assuntos com a desculpa fajuta de “doutrinação” significa proibir parte do conhecimento humano e científico.

É exatamente isso que os vários projetos de “Escola Sem Partido” pretendem: a liquidação do conhecimento científico. Todos os projetos ligados ao tal programa, como o PL 867/2015 do deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF), defendem que os professores, livros didáticos, avaliações e vestibulares devem apresentar “as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes”, independentemente de serem científicas ou acadêmicas ou

serem meros chutes preconceituosos. Um outro projeto, o PL 1411/2015 do deputado Rogério Marinho (PSDB/RN), tipifica o crime de “assédio ideológico” em sala de aula, prevendo cadeia e multa aos professores que ousarem apresentar qualquer conhecimento acadêmico que contrarie o que ensinado no “ambiente familiar”. Mais 11 estados tem projetos semelhantes.

Os apoiadores do golpe do impeachment são seus autores.

Maurício Moura

Ato contra o ataque à UnB

Contra os fascistas “luta setorial” ou contra Temer?

O imperialismo busca destruir os direitos conquistados pelos trabalhadores e suas organizações.

Isto vale também para a juventude.

Nessa ofensiva se desenvolve uma política nefasta no seio da classe trabalhadora e que ganhou no último período um espaço ainda maior entre a juventude. Trata-se da substituição da luta de classes pelas lutas que são denominadas de setoriais. Ao invés do central ser a luta de classes seria a luta pelas reivindicações LGBT, mulheres e/ou negros criando uma falsa perspectiva de que a luta segmentada poderia transformar o sistema capitalista.

Um exemplo recente desse problema ocorreu no ato contra aos ataques fascistas na Universidade de Brasília. Quase a totalidade das inscrições durante o ato diziam que os ataques fascistas eram contra os LGBT, as mulheres e os negros da universidade.

Na verdade, os ataques fascistas emergiram porque no nosso país existe um golpe contra os trabalhadores que é orquestrado pelo imperialismo para aprofundar o ajuste fiscal, destruir os direitos trabalhistas, a educação e saúde pública.

A maioria das falas no ato nem se quer apontaram para o Fora Temer. Portanto, uma mobilização que contou com centenas de estudantes que poderiam estar ali contra o golpe e em defesa dos direitos (incluindo o combate as opressões), de modo a enfrentar a raiz de todos os males, serviu apenas para dizer que ali não iriam se aceitar o machismo, o racismo e a homofobia.

Nesse nicho podemos escutar também “as gay, as bi, as trava e as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução”, como se o fato de ser LGBT organizado e/ou mulher poderia trazer a revolução ou representar (como se

fosse numa linha direta) os interesses de todo(a)s jovens e trabalhadores

As regras do jogo seriam então, para as mulheres o feminismo, a oposição mulher X homem ao invés de exploradores X explorados. Para os LGBTs e negros o simples fato de ser assim já os tornaria revolucionários e a visibilidade seria bandeira principal como forma de resistência.

Nessas perspectivas, jovens e mais jovens são arrastados para fazer a substituição da luta de classes pela luta de setores. Deixando de lado a questão central que é a luta por superar a base material da opressão, que a propriedade privada dos meios de produção. Aliás, é para alimentar o atual sistema que um golpe foi dado no Brasil. É nesse ambiente que os fascistas encontram terreno para o ataque, como o que foi feito na UnB.

Sarah Lindalva

Uma ação conjunta para derrotar o golpe

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, depois de reunião de empresários com o golpista Temer, deu declaração reveladora dos interesses que movem o golpe.

“No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanal e as centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36 passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas diárias de trabalho.” Ele se referia à reforma do Código do Trabalho do governo Hollande (Partido Socialista), que atinge em cheio os direitos conquistados, há décadas, pelos trabalhadores franceses. Sem maioria dos deputados, inclusive de seu partido, o governo lançou mão de um dispositivo, sem voto do parlamento, para tentar impor a reforma amplamente rechaçada pelos trabalhadores e a juventude.

No Brasil, a patronal com ampla maioria no Congresso Nacional, o mais reacionário desde 1964, deu o golpe do impeachment para impor medidas que atendem ao bolso dos patrões e aos interesses do imperialismo.

Na França, os trabalhadores e jovens, através de suas organizações, há quatro meses, com greves e manifestações, lutam contra a reforma pretendida pelo governo e mostram que não vão recuar. A resistência vai prosseguir.

No Brasil é preciso fortalecer e fazer crescer a resistência.

No dia 5 de agosto, abertura das Olimpíadas, a Frente Brasil Popular chama uma grande manifestação “Fora Temer” no Rio de Janeiro.

Num momento em que “o que está em jogo agora são os direitos da classe trabalhadora e, no futuro, o seu próprio destino”, “mais uma vez, os trabalhadores e as trabalhadoras

VOTO NO GOLPISTA MAIA: TROMBADA CONTRA MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA

do campo e da cidade são chamados/as à luta. Com os movimentos sociais parceiros e setores democráticos populares resistiremos ao golpe e às medidas do governo ilegítimo. A classe trabalhadora tem um papel fundamental neste processo: cabe a ela deflagrar a greve geral pois trata-se de derrotar um ataque aos nossos direitos e conquistas que não pode ser enfrentado de forma isolada, que exige um movimento de conjunto, daí a necessidade de preparar a greve geral num diálogo intenso com as nossas bases”, propõe a CUT, num plano que começa chamando os sindicatos a discutirem com suas bases e mobilizá-las para a greve geral (Resolução da Executiva da CUT, de 05/07). Essa resolução engaja a responsabilidade das direções sindicais. A Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), esquentando os motores, decidiu chamar uma greve nacional,

para início de agosto, em defesa da Petrobras.

Foi uma trombada na luta contra o golpe, o voto de parte da bancada do PT em Rodrigo Maia (DEM) para presidência da Câmara Federal. Candidatura articulada com o concurso do PCdoB. Maia, golpista de primeira hora, ganhou votos no PT e PCdoB e foi comemorar a vitória com Aécio e Temer!

O Diálogo e Ação Petista (DAP), reunido no último dia 15, se posicionou: “em nenhum caso o PT – ou qualquer deputado – deveria ter contribuído para eleger como presidente da Câmara um golpista que vai comandar a votação de projetos de retirada de direitos e ataques aos trabalhadores, contra o quê a CUT discute a preparação de uma greve geral”.

Integrando o esforço pela construção da greve, o DAP adotou também um manifesto preparatório ao Encontro Nacional Extraordinário do PT em dezembro. Intitulado “Pela Reconstrução do PT!”, faz um balanço de porquê chegamos à atual situação. Diz o texto: “os erros já se manifestavam no primeiro governo Lula quando, ao invés de priorizar a Constituinte Soberana para a reforma política, a cúpula do PT preferiu adaptar-se às instituições submetidas ao capital financeiro.”

No calor da luta contra o golpe, um balanço é necessário para superar os erros e construir a vitória da classe trabalhadora, a qual o partido nasceu para representar.

UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA



Começam as atividades de lançamento da coletânea “A Luta contra a opressão da mulher”, da editora Nova Palavra.

A publicação aborda a questão da opressão da mulher do ponto de vista da luta de toda a classe trabalhadora para pôr fim ao sistema baseado na exploração de homens e mulheres despossuídos, pelos homens e mulheres da classe possuidora. Uma publicação para combater a abordagem feminista, antimarxista, que dissolve o caráter de classe da opressão da mulher em oposição de gênero.

Nessa visão, por exemplo, o golpe em curso no Brasil é qualificado de misóginico (aversão às mulheres).

O golpe do impeachment contra Dilma, **rigorosamente**, nada tem a ver com o fato de ser mulher! É uma ofensiva do imperialismo para recuperar o terreno perdido

no continente, com a eleição de governos cujas bases sociais são as maiorias oprimidas e suas organizações. O cerco a Maduro na Venezuela é parte dessa ofensiva, orquestrada por homens e mulheres a serviço do imperialismo. Aliás, o FMI, presidido por uma mulher, se mostra “otimista” com o Brasil sob um governo golpista. A luta contra o golpe diz respeito, igualmente, a homens e mulheres da maioria oprimida. O contrário do que ocorreu, por exemplo, em São Paulo em 8 de julho, em ato com a presença de Dilma, onde foi vetada, pelas organizadoras, a palavra aos homens.

A coletânea, organizada e apresentada por Misa Boito, traz textos de Engels, Marx, Clara Zetkin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Lenin e Alexandra Kollontai.

Estão previstos, por enquanto, lançamentos da coletânea em São Paulo, Curitiba, Salvador, Cuiabá, Porto Alegre, Brasília, Florianópolis, Juiz de Fora (MG).

Adquira seu exemplar com os militantes de O Trabalho, ou através do site www.otrabalho.org.br - R\$ 15,00

Memória

CONTRA OS PRIVILÉGIOS DA BUROCRACIA POLONESA

“Querido delegado: como você sabe, nossos filhos não têm o que comer. Não há comida para todos nós, mas você a tem. Para vocês há 2,7 quilos per capita da carne e presunto de primeira qualidade, enquanto o restante da população só recebe 800 gramas por mês. Sua comida é preparada por dietistas e médicos e não pode vir congelada para evitar danos à sua saúde (...).” Estes eram os dizeres de um pequeno panfleto escrito e divulgado na semana passada por membros do sindicato Solidariedade em todos os hotéis e restaurantes de Varsóvia, capital da Polônia, particularmente naqueles que estavam sendo frequentados pelos delegados ao 9º Congresso do POUP (Partido Operário Unificado Polonês), o partido da burocracia dirigente, iniciado dia 14.

O Trabalho nº115 - 22/7/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br
Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Naufrágio da bancada federal do PT!

Aberta a porta para a acomodação com os golpistas

O deputado Rodrigo Maia, do DEM, golpista, foi eleito presidente da Câmara como 258 votos para substituir Eduardo Cunha (PMDB), que havia renunciado, derrotando em 2º turno o golpista Rodrigo Rosso, do PSD, com 170 votos.

Metade da bancada do PT ajudou a eleger Maia, outra metade - de todas as principais correntes do PT - se retirou da votação.

O apoio de parte do PT e da grande maioria do PCdoB, começou a ser costurado, segundo a imprensa, na casa de Maia, no Rio, pelos deputados Carlos Sampaio (PSDB) e Orlando Silva (PCdoB), quem conversou com Lula que aprovou e levou a proposta à bancada da corrente CNB (do PT), onde encontrou resistência (OESP, 15/7/16).

O fato repercutiu muito mal na opinião democrática, porque enfraquece a luta contra o golpe e, entre os petistas, porque amplia a crise do partido. As correntes do PT não tiraram nenhuma nota (exceto o Diálogo e Ação Petista) e uma semana depois seguem em silêncio.

Ninguém é de ninguém

No 1º turno, havia várias táticas possíveis: a) se abster da votação (no fundamental, já decidida); b) unir a esquerda (Erundina se lançou contra Jean Wyllis, ambos do PSOL, por cálculo eleitoral próprio; Orlando Silva, do PCdoB, também se lançou, por motivos nebulosos); c) apoiar um candidato anti-golpe (o ex-ministro Marcelo Castro que denunciou o impeachment, foi lançado pelo



Maia ganhou votos de deputados do PT e comemorou com os golpistas Temer e Aécio

PMDB, mas numa manobra depois foi esmagado por Temer); d) marcar posição com um candidato próprio (Maria do Rosário se lançou mas retirou horas depois).

A bancada reunida, chegou a recusar o apoio a Maia a pretexto de isolar Rosso (ligado a Cunha), adotando o critério do Diretório Nacional de não apoiar golpistas, mas apesar de indicar o apoio a Castro, a bancada se dividiu, tanto o CNB quanto a Mensagem, os principais blocos. Inclusive a corrente DS teve deputados votando

em Erundina, Orlando e Castro!

No 2º turno, a bancada decidiu, então, não indicar o voto e autorizou quem quisesse a se retirar do plenário.

É notável que não houve reunião da Executiva para fixar posição (bancada não é instância partidária). É certo que o apoio a presidentes do Legislativo, não é igual a presidentes do Executivo. Mas na atual crise política, se elegia o primeiro na linha sucessória de Michel Temer!

O líder da bancada, Afonso Floren-

ce (DS), justificou que "quem está fora do Congresso não pode avaliar aspectos da luta parlamentar", o que é um absurdo num partido de trabalhadores. Não tem cabimento apoiar Maia "mal-menor" que Rosso-Cunha, porque eleito vai fazer todo mal que puder. Ele já anunciou suas prioridades para agosto: votar o teto de gastos dos Estados e a flexibilização do pré-sal!

A raiz da crise

Esse episódio agrava a crise do PT, cuja raiz está no abandono das reformas populares, adaptando-se às instituições apodrecidas que hoje patrocinam o golpe. Origem do vale-tudo que leva a acordos com partidos opostos aos compromissos do PT.

No caso, é legítimo perguntar, se apoiar o nome do DEM na Câmara, ao lado de, no Senado, propor antecipar as eleições presidenciais, não sinalizam a porta aberta para "negociar" com os golpistas e acomodar-se, assim, ao próprio golpe.

O Fora Temer coloca a necessidade de reconstrução do PT.

Markus Sokol

Aonde vai Luciana?

Aliança com golpista em Porto Alegre

Luciana Genro, ex-candidata a presidente, agora é candidata a prefeita em Porto Alegre pelo PSOL.

Luciana manteve uma atitude ambígua sobre o golpe do impeachment. Afirmou que "a operação Lava Jato estava marcando um momento histórico no país" e defendeu "eleições gerais".

Agora, para ser prefeita de Porto Alegre, quer se aliar aos golpistas da Rede de Marina Silva, a queridinha do Banco Itaú.

Nos últimos dias, Luciana busca João Derly, o ex-campeão mundial de judô eleito deputado federal pelo PCdoB que migrou para a Rede, onde é o chefe local. Derly votou o impeachment!

Mas isso não parece ser problema para Luciana. Questionada sobre as suas alianças pelo site Sul 21, Luciana explicou seu critério: rechaça o PT, mas resgata "a Rede (que) não está envolvida em nenhuma denúncia da Lava Jato".

Ou seja, o juiz Sergio Moro virou seu guru. Bastaria alguém ser "denunciado" na Lava Jato para perder o selo moral, não da Rede Globo, mas da sra. candidata, Luciana Genro.

A POSIÇÃO DO DAP

O Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista, sem fixar posição sobre as várias táticas parlamentares possíveis tem, não obstante, sobre esse episódio, uma posição clara: em nenhum caso o PT - ou qualquer deputado - deveria ter contribuído para eleger como presidente da Câmara um golpista que vai comandar a votação de projetos de retirada de direitos e ataques aos trabalhadores.

15 de julho de 2016

BH: candidato próprio do PT

Que cumpra os compromissos!

O Encontro Municipal de 9 de julho, referendou o deputado federal Reginaldo Lopes como candidato a prefeito do partido, após a retirada das pré-candidaturas do deputado estadual Rogério Correia e do ex-prefeito Roberto de Carvalho.

Foi um Encontro pequeno, montado para apenas 120 delegados dentre os eleitos no último PED, mas só pouco mais da metade - em dia financeiramente - esteve presente. Após a votação do candidato a prefeito, a maioria da mesa, inclusive o presidente municipal e próprio candidato, se retiraram alegando outra agenda. A despreocupação vinha da proposta da Executiva de delegar ao Diretório Municipal a decisão sobre programa de governo, chapa majoritária e política de alianças (dentro dos parâmetros do Diretório Nacio-

nal). Alguns delegados se colocaram contra, mas a proposta foi aprovada e o Encontro se encerrou votando a chapa de vereadores.

Reginaldo se reúne com sindicalistas

Reginaldo Lopes aderiu a posição "horizontalista" de construir o programa de governo "consultando a militância", posição criticada em reunião com sindicalistas, convocada para discutir a campanha. É o partido e seus candidatos que precisam apresentar seus compromissos, para avaliação daqueles que pretendem representar.

Na avaliação de vários dirigentes sindicais presentes, a eleição municipal terá um caráter nacional e será preciso integrar o golpe na campanha, assim como os ataques às conquistas dos trabalhadores.

O tema das privatizações ganha expressão municipal devido a política do atual prefeito Marcio Lacerda (PSB) que, em aliança com o PSDB nos últimos 8 anos, expandiu enormemente a entrega dos serviços de saúde e educação à iniciativa privada, através de Parceria Público-Privada (PPP), Organizações Sociais e convênios. Por isso, a campanha deve destacar a retomada do serviço público para as mãos e controle da prefeitura.

E como "gato esquentado tem medo de água fria", dirigentes sindicais chamaram a atenção para que os candidatos do PT realmente cumpram o que assumem, para que nunca mais se repita situações como a que o PT viveu nos últimos anos.

Sumara Ribeiro

Laércio Barbosa

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO DO PT (9, 10 E 11 DE DEZEMBRO)

Um balanço rigoroso para armar o PT



Reunido em São Paulo no dia 15 de julho, o Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista discutiu a situação política, marcada, por um lado, pelo aprofundamento da degradação social e dos ataques aos direitos dos trabalhadores e do povo e, por outro, pela resistência das organizações populares, CUT à frente, e o chamado à greve geral por “fora Temer, nenhum direito a menos”. O DAP deverá se inserir decididamente nas atividades do calendário proposto pela CUT.

O Comitê Nacional aprovou o manifesto “Pela reconstrução do PT”, voltado à preparação do Encontro Nacional Extraordinário do partido. O manifesto, cujos trechos principais publicamos abaixo, aponta para um balanço rigoroso dos erros cometidos nos últimos 13 anos, balanço necessário para reconstruir e armar o PT para o combate em curso. O lançamento nacional do manifesto será realizado, em 19 de agosto, em São Paulo.

A reunião foi realizada dois dias após

o gravíssimo erro de grande parte da bancada do PT, que votou no o golpista do DEM Rodrigo Maia para presidente da Câmara, equivale dizer vice-presidente da República. O Comitê Nacional aprovou uma declaração na qual considera que “esse episódio agrava a crise de nosso partido, crise cuja raiz é a adaptação às instituições apodrecidas e que hoje patrocinam o golpe, e que leva a alianças e acordos com partidos cujos interesses são opostos aos compromissos do PT”.

PELA RECONSTRUÇÃO DO PT Chega de conciliação!

Manifesto do Diálogo e Ação Petista (trechos)

Companheiros e companheiras petistas,

O golpe reacionário pró-imperialista do impeachment da presidente Dilma criou uma situação de emergência nacional para o povo brasileiro.

O golpe também expôs as contradições dos 13 anos de governo de conciliação que levou à essa derrota, que hoje ameaça as organizações populares - a própria sobrevivência do PT, em crise profunda, está em risco!

Os petistas, muitos trabalhadores e amplos setores populares se perguntam: como chegamos a isso?

Nós recusamos a auto-indulgência da cúpula do PT que pára o balanço nas alianças “obrigadas pela composição do Congresso”, assim como recusamos o oportunismo de setores da “esquerda” que diz que “sempre se opôs à conciliação”, quando compartilhou as principais políticas, alianças inclusive.

Nós não pretendemos ser os donos da verdade. Mas não fugimos da discussão e procuramos nos guiar pela independência política dos trabalhadores, como instrumento da polarização dos amplos setores sociais oprimidos e explorados, necessários para a transformação social em um país como o nosso.

Os erros já se manifestavam no primeiro governo Lula quando, ao invés de priorizar a Constituinte Soberana para a reforma política, a cúpula do PT preferiu adaptar-se às instituições submetidas ao capital financeiro. Conviveu com a ditadura do superávit primário (“Carta aos Brasileiros”) e as práticas da “política de alianças”, temperadas com uma pitada

de “democracia participativa”.

Na verdade, a Constituinte era e é o meio de superar as instituições corruptas, inclusive o Judiciário, para avançarmos com reformas populares.

O capital financeiro internacional progressivamente realinhou todos os setores da classe dominante ao seu programa, enquanto o PT no governo fazia concessões a ele e a coalizão, sem freá-lo, ao contrário, alimentado o reagrupamento. O que desmoralizou nossa base social e facilitou para o golpismo. O Judiciário, não questionado desde a Ação Penal 470 (“mensalão”), se revelou seu instrumento.

O resultado foi o PT ganhar apertado as eleições presidenciais, perdendo nos grandes centros em 2014, especialmente no “cinturão vermelho”, em São Paulo. Depois que Dilma assumiu o 2o mandato e frustrou as esperanças do 2o turno, até os redutos petistas esfriaram.

Depois de um ano e meio de atos de rua contra o ajuste e golpismo, começados pela CUT e outras organizações, depois apoiados pelo PT, isso não foi suficiente para reverter o quadro.

O PT pede a Dilma uma Carta de Compromissos. De fato, o interesse popular é sinalizar a defesa do emprego e do serviço público e não do superávit fiscal - como foi com Levy e Barbosa - a defesa do pré-sal e das estatais, um compromisso com a reforma política numa Constituinte, como ela falou em 2013, quando o vice Temer disse “não” e ela recuou, mas 8 milhões reafirmaram no plebiscito popular.

Fora Temer, Nenhum Direito a Menos, esta é a questão central. Tudo deve ser feito para derrotar o golpe. Por

isso, foi um grave erro apoiar o golpista Maia (DEM) para presidente da Câmara, onde vai encaminhar os projetos de lei que atacam os trabalhadores.

Neste momento, a CUT discute um movimento de greve geral. O PT deve se engajar nesse movimento. A Frente Brasil Popular também, como importante instrumento unitário de mobilização, mas que não substitui o PT.

O **Fora Temer** deve significar também a ruptura com as políticas dos governos federais de “acordo nacional com o PMDB” para a verdadeira plataforma popular:

- fim do superávit fiscal primário,
- derrubada dos juros e centralização cambial,
- nenhuma privatização, petróleo 100% estatal, reestatização da Vale
- reindustrialização e proteção comercial
- reforma agrária, titulação da terras quilombolas e demarcação das terras indígenas
- reforma urbana
- não à reforma da previdência
- fim das OS's, verbas públicas apenas para o serviço público
- vagas para todos nas universidades públicas

- desmilitarização da polícia, revogação da lei de anistia e punição dos criminosos
- defesa dos direitos das mulheres, como direito ao aborto
- contra toda forma de discriminação e opressão

O **Fora Temer** deve enquadrar a campanha eleitoral municipal - uma luta extrema em defesa do PT - com a recusa de acordos com golpistas no 1o turno e também no 2o turno.

Defendemos alianças, sim, mas com PCdoB e PSOL, além dos setores populares de partidos como PDT e PSB, com base numa plataforma de medidas populares:

- pontos a serem concretizados em cada município, de transporte, de saúde, de educação, de moradia, de creches, de política para os servidores e outros.

Fim do PED, com a volta a eleição de delegados e direções em encontros de base deliberativos. Fundo eleitoral interno exclusivo para as chapas.

A reforma prosseguirá com medidas para imprensa partidária, a mudança de relação com as bancadas, rodízio parlamentar, efetiva política de nucleação e setoriais etc.

Convidamos todos os petistas, grupos e tendências, dispostos a, sobre essa base, se associar desde o princípio à uma discussão livre que desemboque numa tese completa no Encontro Extraordinário.

(o Manifesto pode ser lido na íntegra em www.petista.org.br)

Deposite sua contribuição - o *Cafezinho do DAP* - nós dependemos do apoio voluntário dos petistas!
Caixa Econômica Federal: Agência **2873** - Cp **013** - conta **3200-4**

FUP contra desmonte da Petrobras

Petroleiros chamam greve nos campos terrestres em agosto

A 6ª Plenária nacional da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), no dia 7 de julho, decidiu defender a Petrobras contra a política da nova direção da empresa nomeada pelo golpista Temer, e mobilizar contra o projeto de lei de entrega do Pré-sal para as multinacionais, de autoria do atual ministro José Serra.

Assim, no bojo da campanha salarial 2016, cuja reivindicação central é a de ICV Dieese mais 5% de aumento real, será deflagrada uma greve no início de agosto em campos terrestres dos estados do CE, RN, SE, BA e ES, acompanhada de atos nos demais estados contra o “desmonte” da Petrobras.

Faz parte da política de “desinvestimento” de Pedro Parente (atual presidente da empresa) entregar para o capital privado esses campos.

A FUP integra a campanha salarial unificada de categorias representadas pela CUT, ao lado de metalúrgicos, bancários e outros, no 2º semestre, que entre suas bandeiras levanta a defesa do patrimônio público.

A entrega do Pré-sal

O Projeto de Lei 4567, do então senador Serra, modifica a Lei da Partilha na área do Pré-sal quebrando a obrigatoriedade da participação da



Plenária da FUP em Campos (RJ)

Petrobras na extração com uma participação mínima de 30%. Seu objetivo é entregar a exploração das reservas diretamente às multinacionais, e já se prepara um novo leilão para 2017. A OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) acaba de anunciar que o Brasil terá grande aumento de produção, podendo chegar a 3,37 milhões de barris de petróleo por dia. Não é à toa a pressa dos entreguistas.

José Maria Rangel, coordenador da FUP, ressalta que é preciso reviver a campanha “O Petróleo é nosso” dos anos 50, uma das maiores mobilizações populares de nossa história.

“Nosso regime é de partilha, que é o

mais conveniente em áreas nas quais a existência do petróleo já é conhecida e o risco exploratório é baixo, como acontece no Pré-sal. Por essa razão o óleo é propriedade do Estado e vence o leilão quem der o maior retorno ao Estado”, disse Zé Maria em entrevista ao site Brasil 247.

Sim, é necessária uma ampla campanha em defesa do nosso petróleo, a qual se combina com a luta contra o governo golpista. Campanha que deve ser integrada também à preparação da greve geral que se discute nas bases da CUT.

João B. Gomes

ANDES-SN: descompasso com a base

Conselho de ADs recusou não reconhecer governo golpista

De 30 de junho a 3 de julho, em Boa Vista (RR), reuniu-se o Conselho de Associações de Docentes do ANDES-SN (61º CONAD).

Depois de meses de enfrentamento contra o golpe, que se alastrou pelas universidades na forma de Comitês contra o Golpe, e diante dos graves ataques à educação, do governo golpista de Temer, esperava-se que os representantes das seções do Andes-SN finalmente decidissem colocar o sindicato em sintonia com a luta contra o golpe!

Contudo, o CONAD recusou a proposta da diretoria da ADUFU (da Federal de Uberlândia) que afirmava o “Fora Temer, não reconhecendo seu governo que ascendeu por golpe”.

Outros companheiros, no mesmo sentido, formularam “Fora Temer golpista”. Essas formulações foram recusadas pela maioria dos delegados. Na sequência foi apresentada a proposta que o ANDES-SN tomasse “posição contrária ao processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff”, também recusada com apoio da diretoria do ANDES-SN, jogando o sindicato na perigosa vala comum dos que apoiam o golpe.

Tais decisões esvaziaram a decisão unânime de chamar o “fora Temer”, proposta apresentada pela diretoria

como uma concessão aos setores que insistiam na luta contra o golpe (uma “consolidação de acordo”), e mesmo a decisão de apoiar uma greve geral que, sem a luta contra o golpe, aparece como uma cortina de fumaça para se manter o sindicato na mesma paralisia de antes.

Essa linha da direção identificada com a Conlutas, entretanto, encontrou importante oposição de diversas ADs e setores da categoria, oposição que

começa a se agrupar no Fórum Renova ANDES-SN.

Nascido com a vocação de congregar os que lutam pela defesa do ANDES-SN como sindicato e, portanto, o querem ao lado dos trabalhadores na luta contra o golpe, o Fórum prepara para o 2º semestre um seminário preparatório para o congresso do ANDES-SN.

Eudes Baima

COMITÊ DA CAIXA CONTRA O GOLPE, RECIFE



O “Comitê em defesa da Caixa Econômica Federal e contra o golpe” do Recife em reunião dia 11 de julho, adotou uma “Carta a Lula”, em defesa da CEF, que foi entregue no ato público dia 17, na capital pernambucana. Dada a repercussão da iniciativa, funcionários do Banco do Brasil entraram em contato com o Comitê da CEF, pedindo orientação para construir um comitê do mesmo tipo no BB.

O racha do PSTU

Um manifesto nacional de 700 militantes, como o professor Valério Arcary, tornou público dia 6 uma ruptura no PSTU. A direção do partido - a qual se alinha o ex-candidato a presidente, Zé Maria - publicou uma resposta.

Está claro que o racha se liga à divergência sobre o golpe do impeachment contra o governo do PT.

O PSTU contestava a existência de um golpe e era ambíguo sobre os atos dos “coxinhas”. Chegou a convocar um “1º de Maio na Paulista”, como dizia o cartaz desenhado para atraí-los, escondendo as bandeiras. Todavia, o “ato nacional” fracassou (não superou 2 mil), apesar de bancado pelo Conlutas, um misto de central sindical e movimento popular, com alguns outros setores.

A bandeira do PSTU no período era “Fora Todos”, enquanto que, sabemos agora, os divergentes defendiam participar dos atos contra o golpe. Muitos militantes haviam abandonado o partido no último ano.

O racha, agora, na véspera do desenlace do impeachment, é uma consequência - um preço a pagar - pela política nefasta do PSTU de acompanhar o golpe reacionário e pró-imperialista.

Que desenvolvimento terão os dois grupos?

Em primeiro lugar, documentos de fundo não foram publicados até o momento, nem por uns nem por outros, como manda a boa tradição da democracia operária.

Em segundo lugar, as curtas declarações de ambos, meio diplomáticas, tem um ponto em comum: querem formar um “3º campo” frente ao impeachment. Quer dizer, divergem sobre como formar o tal “3º campo”. Não entendem o que está em jogo e viram as costas à estratégia da frente única, desenvolvida por Lênin e Trotsky, para defender os interesses dos trabalhadores.

Em terceiro lugar, é estranho romper só por razões táticas. Mas o racha faz questão de ser “seção simpatizante da LIT”, Liga Internacional dos Trabalhadores, na verdade, um grupo latino-americano com posição ultra sectária também face ao governo Maduro na Venezuela.

Lembramos que quando se distanciou da 4ª Internacional, Nahuel Moreno criou a LIT, há mais de trinta anos. E que após sua morte, numa discussão também confusa sobre defender ou não a URSS (“estado operário degenerado”), o grupo se fragmentou.

Por fim, hoje, como marxistas, nos pronunciaremos à medida que a prática política o indicar.

A redação

Reunir as condições para a Greve Geral!

É a resposta necessária ao pacote de ataques de Temer aos direitos e conquistas

A Executiva nacional da CUT de 5 de julho lançou um calendário de discussão com as bases sobre a necessidade de uma greve geral, eixada no “Nenhum direito a menos!”, indicando assembleias sindicais até 31 de julho e plenárias estaduais e de ramos até 10 de agosto.

Até o momento, a maioria das CUTs estaduais ainda não realizou plenárias de mobilização (exceto SC, DF, BA, MG e no RS plenárias regionais). Neste mês de julho plenárias vão ocorrer no RN, SP, ES e MS, e no início de agosto no PR e MS. As assembleias sindicais, salvo nas categorias que entram em campanha salarial, têm sido poucas.

Tal grau de mobilização, ainda insuficiente, contrasta com a violência dos ataques pretendidos, a serviço dos empresários, pelo governo Temer – terceirização ilimitada, “negociado sobre o legislado”, “reforma” da Previdência, congelamento de salários no setor público, fim de benefícios sociais - que exigem uma resposta de conjunto da classe. Como diz a resolução de 5 de julho da CUT, “o que está em jogo agora são os direitos da classe trabalhadora e, no futuro, o seu próprio destino”.

Quais são os obstáculos a superar?

Há dirigentes que dizem que suas bases não estão dispostas a ir à greve geral por causa do desemprego, que muitos, não sem razão, atribuem à política de ajuste fiscal do governo Dilma. Mas há setores que já foram à greve, como os eletricitários, ou que em plenárias setoriais apontam a urgência da greve geral, como o funcionalismo federal.

É preciso romper com a rotina – mobilizar só em data base de campanha



CUT, que está na linha de frente contra o golpe, tira calendário de preparação da greve geral

salarial – e explicar com materiais específicos a dimensão dos ataques que virão. É preciso consultar realmente as bases, uma vez esclarecidas do que está em jogo, com plebiscitos nos locais de trabalho ou outras formas de agitação da greve geral. Essa é a responsabilidade das direções das CUTs estaduais e dos sindicatos e essa “ficha tem que cair” o quanto antes!

Não perder o foco na greve geral

Perder o foco da preparação da greve geral não vai ajudar na unificação das campanhas salariais do 2º semestre (bancários, metalúrgicos, petroleiros etc) que podem, na sua dinâmica, esquentar os ânimos para a mobilização de toda a classe.

Assim, a greve nos campos de terra firme que a FUP (petroleiros) prepara para o início de agosto (ver página 6), as mobilizações dos metalúrgicos e bancários em campanha salarial,

podem e devem ser momentos de preparação da greve geral, rompendo com o isolamento entre as distintas categorias e setores.

As iniciativas conjuntas com outras centrais – como atos e plenárias – só tem sentido se elas estiverem dispostas, junto com a CUT, a deflagrar uma luta concreta contra os ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores, o que se traduz na greve geral. Sem essa perspectiva, elas se limitarão a dar palanque para pelegos (alguns, como Paulinho, que ajudaram o golpe) sem qualquer consequência prática.

Não é tarefa fácil, mas é o que é necessário ser feito: reunir as condições para a greve geral!

Julio Turra

ANTECIPAÇÃO DE ELEIÇÕES NÃO É POSIÇÃO DA CUT

Na reunião de 5 de julho da Executiva nacional da CUT foi adotada nota pública da qual extraímos os trechos abaixo:

“A CUT não abre mão do direito de continuar afirmando que o presidente interino é ilegítimo, que essa composição do Congresso Nacional é espúria. O maior problema político nacional é o próprio sistema político (o que inclui, além do Legislativo, um Judiciário sem qualquer controle democrático), que a CUT defende que seja reformado profundamente através de uma Constituinte exclusiva e soberana.

Reconhecemos que o Brasil vive um impasse e quem mais sofre com esse impasse é a classe trabalhadora. Por isso, a CUT se empenha neste momento em reunir as condições para uma greve geral em defesa de nossos direitos e conquistas, dos salários e empregos.

Alguns senadores estão propondo a convocação de um plebiscito para antecipar as eleições presidenciais, com a recondução da presidenta Dilma Rousseff ao exercício pleno de seu mandato, como forma de conseguir mais votos contra o impeachment; aceitando assim a possibilidade de redução de seu mandato constitucional (2014-2018).

A CUT esclarece que esta não é a posição da central. Ao mesmo tempo, a CUT considera que as iniciativas dos senadores ou da própria presidenta Dilma fazem parte de suas prerrogativas, que respeitamos se isto contribuir para a saída democrática na luta contra o golpe”.

Água no moinho dos inimigos

CTB faz enquete sobre novas eleições, enfraquecendo a luta contra o golpe

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), cuja direção em sua maioria identifica-se com o PCdoB, lançou uma pesquisa no seu site e fez algumas atividades em praça pública por um “Plebiscito Já” para a realização de eleições presidenciais antecipadas.

A mesma posição foi assumida, depois, pelo Conselho de Entidades Gerais (CONEG) da UNE, cuja maioria da direção (UJS) também se identifica com o PCdoB.

Na cédula proposta pela CTB há duas perguntas: “Você é a favor de novas eleições para presidente?; Se a eleição fosse hoje, em quem votaria para presidente?”.

Assim, entidades lideradas por militantes do PCdoB aplicam a linha de propor, com a volta de Dilma à presidência, novas eleições. É o eco da chantagem que fazem alguns senadores ao dizer que podem mudar seu voto no impeachment se Dilma aceitar reduzir o seu mandato.

Pior, é jogar água no moinho do adversário. Em panfleto distribuído no centro do Rio de Janeiro, a CTB pergunta: “Será que o país não precisa de um presidente eleito e com legitimidade popular para enfrentar os desafios que temos pela frente?” Ora, não foi isso que ocorreu nas eleições de 2014, cujo resultado o golpe pretende anular?

Atos da Povo sem Medo

Como Boulos do MTST e setores do PSOL na Frente Povo Sem Medo também apoiam a tese de antecipação das eleições, a CTB e a UNE juntaram-se a eles para adotar uma convocatória para atos em 31 de julho intitulada: “Fora Temer! O povo deve decidir! Defender nossos direitos, radicalizar a democracia!”.

Se não fica evidente na frase “o povo deve decidir”, a orientação impressa aos atos está no texto da convocatória: “a proposta de um plebiscito sobre a antecipação ou não das eleições, defendido mais de uma vez pela própria presidenta Dilma, pode ser uma bandeira aglutinadora para somar mais forças na luta contra o golpismo”.

Que forças? Os senadores que querem barganhar seu voto?

Como numa frente, como a Povo sem Medo, as decisões deveriam ser tomadas por consenso, fica a questão: o que disse a representação da CUT nessa frente sobre tal convocatória?

Registre-se que na sua plenária de 18 de julho, a Frente Brasil Popular, na qual participam também a CUT, a CTB e a UNE, não endossou os atos de 31 de julho, convocando para 5 de agosto uma grande manifestação nacional no Rio de Janeiro na abertura dos Jogos Olímpicos com os eixos “Fora Temer, Nenhum direito a menos”.

Lauro Fagundes

Servidores de Juiz de Fora derrotam prefeito

Ação unificada dos sindicatos da categoria conquista reajuste

O prefeito de Juiz de Fora (MG), Bruno Siqueira (PMDB), perdeu na “quebra-de-braço” que estabeleceu com os servidores municipais. Desde janeiro, o Sindicato dos Professores (Sinpro) negociava o reajuste salarial e demais reivindicações. Em abril foram surpreendidos com a posição do prefeito de reajustar os salários, de todo funcionalismo, com os índices de inflação de janeiro a abril de 2016, desprezando o período de 2015.

O motivo alegado não era, como é comum entre a maioria dos prefeitos, em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, nem problemas orçamentários em função dos cortes nos repasses de verbas aos municípios. O prefeito do PMDB se apoiou na interpretação bastante duvidosa da Lei Eleitoral de 1997 que fez a Associação Mineira de Municípios, dirigida também pelo seu partido, para se dizer impedido de reajustar os salários de acordo com a inflação do período (IPCA). O mesmo argumento de outros prefeitos do estado, para impor, em várias cidades, reajustes menores que a inflação.

Mobilização unificada

Em Juiz de Fora, os servidores municipais se apoiando na mobilização que já ocorria nos professores



Servidores se manifestam nas ruas de Juiz de Fora

e no chamado à unidade feito pelo Sinpro, deram início a uma ação unificada. Os sete sindicatos dos trabalhadores realizaram assembleias conjuntas, passeatas e greve de 11 dias, movimento inédito do funcionalismo público na cidade.

Sem dobrar os trabalhadores, o prefeito pediu a ilegalidade da greve. O Tribunal de Justiça de MG se recusou a julgar e convocou uma audiência de conciliação em Belo Horizonte. Uma ampla delegação de servidores presente, ouviu do juiz que não havia improbidade administrativa no pagamento integral da inflação do período, o que derrubou os argumentos do prefeito e o obrigou a

reajustar os salários de acordo com o IPCA integral, ainda que parcelado em duas vezes.

Em Minas Gerais, a maioria das prefeituras, inclusive da capital, estão reajustando os salários dos servidores abaixo da inflação (e de maneira parcelada), alegando problemas orçamentários devido ao ajuste fiscal e os cortes nos repasses de verbas para os municípios. A conquista dos servidores de Juiz de Fora guarda importância pelo atendimento da reivindicação em si, mas, principalmente, por que ela ocorreu como resultado da ação unificada dos trabalhadores.

Correspondente

Mato Grosso: educação segue em greve

O movimento é contra privatização e extinção de órgãos de pesquisa

O Trabalho ouviu o professor Domingos Sávio da Cunha Garcia, do comitê de mobilização da greve da UNEMAT, em Cáceres, em entrevista a Robinson Cireia



Domingos Sávio

O Trabalho - Qual sua avaliação da greve?

Domingos Sávio Garcia - A greve dos servidores públicos é vitoriosa. O governador Pedro Taques (PSDB), quer aplicar em Mato Grosso as mesmas medidas pretendidas pelo golpista Temer: atacar os direitos dos trabalhadores do serviço público, privatizar e entregar recursos públicos aos grandes empresários. Ao negar servidores a Revisão Geral Anual (RGA) de 11,28

% (INPC de 2015), Taques provocou imediata reação, levando à greve geral que durou mais de um mês. A greve arrancou 7,36% da RGA, ainda que parcelado, e provocou intenso desgaste do governo tucano, autoritário e incapaz de negociar com os servidores e a população. Durante a greve foi ficando claro para os servidores qual é a política de Taques e suas ligações com a de Temer. Havia muita confusão entre os servidores, mas ficou claro que Taques e Temer tem a mesma política e os sindicatos agora acompanham atentamente a luta contra o PL 257, em tramitação no Congresso, a privatização da Petrobrás e a discussão sobre a reforma da Previdência.

OT - Qual a situação hoje do movimento?

DSG - Após a volta ao trabalho da maioria dos servidores, a greve continua somente na UNEMAT (ADUNEMAT e SINTESMAT) e na educação básica (SINTEP), que lutam contra as Parceria Público Privada e contra a extinção de órgãos de pesquisa do

Estado (SECITEC e FAPEMAT). Mas há uma discussão muito grande sobre a necessidade de preparar os servidores para resistir aos ataques de Temer, inclusive com a preparação da greve geral. Não há resistência a essa discussão, que está em desenvolvimento no Fórum Sindical, que articula os sindicatos de servidores do estado. O Fórum tem participado de reuniões em Brasília para discutir a construção da greve geral.

OT - Como está sendo feita a discussão na Universidade?

DSG - Na UNEMAT colocamos, em todas as discussões da nossa greve, a necessidade de preparar a um movimento conjunto, porque se as propostas dos golpistas passar, os servidores do estado sofrerão mais ataques. O governador irá se apoiar nas medidas de Temer para privatizar e reduzir direitos. Vamos incorporar o calendário da CUT na agenda da mobilização, preparando a categoria para a greve geral.

Solidariedade com Ocupação Douglas Rodrigues

Mais de 450 habitações destruídas por incêndio na Vila Maria em São Paulo

Na madrugada de 18 de julho, um incêndio consumiu quase um quarto das moradias da Ocupação Douglas Rodrigues, no Parque Novo Mundo, Bairro da Vila Maria, na cidade de São Paulo, onde vivem mais de duas mil famílias. Na tragédia, dois companheiros perderam a vida: Severino, de 65 anos e Breno de 25 anos, e quase 500 famílias ficaram desabrigadas. As chamas consumiram tudo: móveis, eletrodomésticos e as máquinas de costuras de moradores imigrantes que trabalhavam com confecção em suas casas.

Já na madrugada, começou um movimento de solidariedade. Moradores de prédios vizinhos trouxeram roupas, cobertores e alimentos. Associações de Bairro, Igrejas e entidades fizeram coletas.

No dia seguinte ao incêndio, um ato-assembleia foi realizado, com centenas de moradores, representantes da Central dos Movimentos Populares, sindicatos, do PT da região, entidades, igrejas e da vereadora Juliana Cardoso (PT). Foi feita uma homenagem aos companheiros que perderam a vida. No ato foi reafirmada a luta pelo direito à moradia popular e que nenhuma das famílias atingidas ficariam desabrigadas. Foi cobrado a responsabilidade da AES-Eletropaulo para fazer as instalações elétricas oficiais, acabando com a atual situação precária, como fez a Sabesp, com a distribuição de água, e a necessidade de seguir a luta pela desapropriação do terreno pela Prefeitura.

Haddad recebe o movimento

No dia seguinte ao incêndio, o prefeito Fernando Haddad, recebeu representantes do Movimento Independente de Luta pela Habitação, que dirige a Ocupação Douglas Rodrigues. Haddad se comprometeu a tomar as medidas para garantir a segurança do restante da ocupação, de limpeza do terreno e a fazer uma visita na ocupação.

O movimento segue lutando para que a prefeitura tome posse do terreno e desenvolva um projeto habitacional para todos os moradores da ocupação.

A solidariedade continua. Os moradores necessitam de artigos de construção para reerguerem suas moradias

Alexandre Linares

O golpe do capital financeiro

Golpistas se dizem “ansiosos” para espoliar a nação e o povo

Como abutres rondando a carniça, banqueiros e empresários, se dizem “ansiosos” para que a política que engendrou o golpe seja concretizada. Fazendo o balanço dos dois meses que se passaram desde que Dilma foi afastada e Temer usurpou a cadeira da presidência, como presidente interino, eles anunciam que vai aumentar o preço a ser pago pelos trabalhadores e pela nação. O mercado financeiro por enquanto releva, considerando a interinidade de Temer, mas alerta: “Mas em compensação, vai aumentar a cobrança por medidas de arrocho se o impeachment for consumado”, segundo um executivo de um banco estrangeiro (OESP 12/07).

“Espero que, uma vez definida a questão do impeachment seja possível avançar”, disse o presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setúbal.

Em compasso de espera até a definição da votação no Senado, empresários e banqueiros, contando com sua equipe golpista, se preparam para dar o bote.

“No menor tempo possível”

Em uníssono os capitalistas dizem o que esperam.

“Gostaria de ver o governo tomando decisões importantes, nas áreas



da Previdência, reforma trabalhista. Isso não temos visto muito”, afirmou Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Foi também o presidente da CNI que, após encontro com Temer, declarou: “vimos agora o governo francês, sem enviar ao Congresso Nacional, tomar decisões com relação às questões trabalhistas. No Brasil temos 44 horas de trabalho semanal. As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França que tem 36, passou para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas de trabalho diário. O mundo é assim e temos que estar aberto para fazer essas mudanças. Ficamos ansiosos para que essas mudanças sejam feitas no menor tempo possível” (Agência Brasil).

Também ansioso, Flávio Rocha, presidente das lojas Riachuelo, diz, em relação a Temer, que está “achando ele tímido, fazendo as coisas à moda antiga e se mostrando vulnerável a grupos de pressão”, completa que a gravidade da situação exige medidas corajosas. (OESP 19/07)

“Agir mais rápido com ajuste fiscal”

Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central no governo de Fernando Henrique Cardoso e que coordenou o programa de governo do candidato Aécio Neves (PSDB), derrotado nas eleições presidenciais de 2014, elogia a política econômica do governo golpista, mas cobra: “É preciso agir mais rápido com o ajuste fiscal. O congelamento do orçamento em 20 anos é importante, mas insuficiente, não basta. Para a economia crescer, o governo precisa produzir superávits primários crescentes e chegar a 3% do PIB em três anos”. (OESP, 3/07). Como ele mesmo explica, o centro é “economizar para pagar os juros da dívida”, ou seja, desviar recursos da nação para o bolso do capital financeiro.

Numa palavra, eles exigem ir rápido e mais fundo. Mesmo se Dilma, no segundo mandato, aplicou um ajuste fiscal – abrindo, com isso, o terreno para o golpe avançar, pois é uma política que ataca a base social que a elegeu – o ritmo e a profundidade exigida pelo capital financeiro é muito maior. Por isso o golpe.

Por isso o golpista Temer teve que dar satisfação aos seus chefes, se apres-

sando em garantir que vai entregar a encomenda. Ele declarou que vai enfrentar todas as resistências para aprovar as reformas da Previdência (idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres) e Trabalhista (negociado prevalecer sobre o legislado e terceirização). “Mesmo se tiver manifestações contra, que são da democracia, vamos enfrentar”, disse Temer. Um golpista falando em democracia, para assaltar a nação e os trabalhadores!

Ele promete encaminhar ao Congresso as reformas assim que o Senado votar o impeachment de Dilma. A ver.

A última palavra

Se os ansiosos golpistas serão saciados em seu apetite, são outros quinhentos. Afinal, a classe trabalhadora ainda não entrou em cena. E, como se vê, razões não faltam para que isso ocorra. A construção da greve geral proposta pela CUT pode abrir a palavra aos trabalhadores para que digam o que pensam sobre trabalhar 80 horas semanais, perder as garantias trabalhistas consolidadas na CLT, se aposentar aos 65 anos, perder serviços públicos para pagar juros da dívida aos banqueiros...

Misa Boito

AVES DE RAPINA ESTÃO CONFIANTES

Depois de dois meses de governo golpista, as instituições internacionais do capital financeiro começam a olhar, e falar, com otimismo sobre o Brasil.

O Instituto Internacional de Finanças (IFF), formado pelos maiores 500 bancos do mundo, com sede em Washington, divulgou em 19 de julho um documento no qual melhora as projeções para o Brasil. O relatório foi feito depois de uma reunião com a equipe econômica golpista, em Brasília. O IFF destaca que a questão essencial é o ajuste fiscal, e no relatório diz que “o primeiro passo para encarar esse problema foi a proposta de um teto para limitar o crescimento das despesas”.

Também o Fundo Monetário Internacional, pela primeira vez desde 2012, melhora suas projeções para o Brasil. Segundo uma representante do FMI, Oya Celasun, “os múltiplos choques que pesavam negativamente na economia brasileira, incluindo a incerteza política, estão se dissipando de forma gradual” (OESP 19/07).

TODO PODER AO JUDICIÁRIO?



Parece ser o que almeja o juizinho de Curitiba Sérgio Moro, comandante da Lava Jato. Em viagem recente à Washington, como que prestando contas, sob a bandeira dos EUA, ele explicou que o Poder Executivo e o Congresso brasileiro não contribuem para o combate à corrupção no Brasil. Moro emendou que só Ministério Público e o Poder Judiciário combatem a corrupção. Será mesmo? Perguntado por que não investigou o PSDB, respondeu que “não há indício de que a legenda tenha recebido recurso da Petrobras” (OESP)!

Volks ameaça demitir e retirar direitos

A Volkswagen noticiou que tomará medidas para reduzir um excedente de 3,6 mil trabalhadores na fábrica em São Bernardo do Campo (SP), ou seja, 34% de seu efetivo, de 10,5 mil funcionários. Segundo nota da empresa, a justificativa é que serão consumidos 2 milhões de veículos em 2016, ou seja, 20% menos que 2015 e 40% menos que 2014.

A linha da Volks é chantagear, dizendo que para evitar cortes, propõe a abertura de novo Programa de

Demissão Voluntária (PDV), redução de salários para novos funcionários (Programa de Proteção ao Emprego, PPE), corte no adicional noturno, nos benefícios, fim da estabilidade para acidentados e congelamento de reajuste salarial em 2017, 2018 e 2019. O acordo anterior já estabelecia congelamento de salário até 2017.

A Volks na verdade busca ampliar os programas que já pratica. Hoje são, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 400 trabalhadores

no PPE (até setembro) e 610 trabalhadores estão em lay-off desde o mês de março. Aproveitando o cenário de crise “bate o terror” para reduzir os custos e manter sua margem de lucro. Cabe lembrar que o ano de 2015 se iniciou com os trabalhadores em greve contra demissões.

A luta contra o desemprego e os ataques aos direitos, deve ser encarada com uma ação conjunta, isto está na pauta da greve geral proposta pela CUT.

40 anos do levante de Soweto

Movimento representou um salto na luta contra o Apartheid na África do Sul

No dia 16 de junho foi realizado um ato para comemorar os 40 anos do Levante de Soweto, que representou um giro na luta do povo negro contra o regime racista do Apartheid. Ele foi convocado pelo Partido Socialista da Azania, (SoPA) em unidade com outras organizações do Movimento da Consciência Negra (fundado e dirigido por Steve Biko, preso e torturado até a morte pela polícia do Apartheid um ano após o levante) e também pelo Congresso Pan-Africano. Reproduzimos abaixo trechos do discurso de Lybon Mabasa, dirigente do SoPA e do Acordo Internacional dos Trabalhadores. À época do levante, Lybon era professor de escola secundária em Soweto, região segregada aos negros trabalhadores na periferia de Johannesburg – a maior cidade da África do Sul. Intertítulos da redação.

O povo negro de punhos cerrados

“O 16 de junho de 1976 firmou-se como um dos mais importantes dias da luta pela libertação do povo negro contra o regime Apartheid: o levante dos estudantes de Soweto. Hoje, muita gente reivindica a participação no levante. Mas o fato é que o levante foi organizado pelo Movimento de Consciência Negra (MCN), e não pelas organizações tradicionais de então.

O Congresso Nacional Africano (CNA), que é visto como liderança no movimento de libertação [congregando o Partido Comunista e outros líderes como Nelson Mandela] fez questão de desvincular-se do levante. No dia seguinte ao seu início o Secretário Geral desdenhava os eventos ocorridos no dia anterior. Tanto o CNA quanto o CPA (Congresso Pan Africano) tiveram de encontrar meios, a posteriori, para apoiar uma revolução que eles não prepararam nem anteciparam.

O levante de Soweto mudou a forma dos protestos na África do Sul. O povo negro não iria mais esperar pela benevolência e magnanimidade de seus opressores; iria, ao invés, lutar com punhos cerrados por sua libertação. Esta era a essência trazida pelo MCN.

Não foi um levante espontâneo, mas o resultado direto do árduo e incansável trabalho do MCN nas comunidades negras, tanto através de discussão política quanto por meio de projetos. Isso levou a mensagem do orgulho negro que matou o dragão da inferioridade junto ao nosso povo.

Ademais, o MCN, ao tomar tais iniciativas, não mostrou qualquer hostilidade a nenhuma das organizações que a precederam – CPA, CNA e o Movimento de Unidade Não

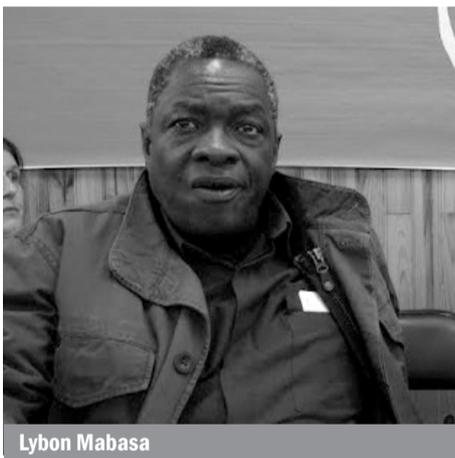


16 de junho de 1976, o levante de Soweto

Europeia (MUNE). O MCN agia de forma independente sob sua própria direção e orientação, mas sempre disposto a trabalhar em campanhas unitárias com as demais forças tradicionais.

Surge uma nova geração de militantes

O levante começou como uma revolta de estudantes secundaristas da periferia negra, sob a liderança do Movimento dos Estudantes Sul Africanos (MESA), impulsionada pelo MCN. A expulsão de membros do MCN de universidades negras em



Lybon Mabasa

1972 [Lybon e Biko entre tantos], obrigou-os a tornarem-se professores de escolas secundaristas, que estavam com falta de professores, onde politizaram os alunos.

Surgiu uma nova e radicalizada geração de militantes secundaristas que rapidamente se espalhou pelo país todo. Organizados no MESA, estavam sempre dispostos a confrontar racistas brancos mesmo em suas áreas de conforto, especialmente nas cidades. Eram facilmente identificados por seus cabelos longos e despenteados que, como panteras negras, estavam sempre prontos para o ataque. Eles eram a garotada heroica de Steve Biko. Absorveram a filosofia de “nenhum compromisso com o sistema em qualquer nível”, autoconfiança, independência política e, acima de tudo, a superação do medo criado pelo sistema do regime racista para suprimir e explorar a maioria negra. O MCN também

defendia a solidariedade dentro da comunidade negra tornando mais fácil às pessoas identificarem seus reais inimigos.

A fagulha que se espalhou no dia 16 de junho havia sido preparada por um comitê de ação constituído alguns dias antes sob a iniciativa de Tsietsi Mashinini, dirigente da MESA na Escola Secundária Morris Isaacson. Num ato público (proibido pela polícia) ele fez o discurso do MCN: “poder negro, amandla! Uma Azânia, uma nação!”

Era um chamado à luta exigindo terra e todo o poder à maioria negra. Tais palavras de ordem do MCN se espalharam entre estudantes de várias escolas. Nas comunidades, isso ficou conhecido como os levantes do “poder negro”.

O uso do termo “Azania” [nome dado ao país pelos povos negros], embora tenha sido primeiramente sugerida pelo CPA, foi popularizado pelo MCN, tendo profunda influência nos estudantes.

As simbologias das organizações tradicionais. Os jovens estudantes tinham seus cantos e símbolos próprios, diretamente influenciados pelo MCN.

Quando fui convocado ao tribunal em Pretoria, no dia seguinte ao levante, o juiz e o procurador me acusaram, dizendo que os membros do MCN que estavam sendo julgados eram os responsáveis pelo levante que estava varrendo o país.

Nós, é claro, reconhecemos a importância e os esforços feitos por militantes de outras organizações – como o CNA e o CPA – na luta pela liberação nacional. Mas particularmente no levante de Soweto elas tiveram pouca influência.

Vários líderes estudantis foram presos e torturados, centenas morreram. Vários foram condenados por tribunais com cartas marcadas. Mas eles entravam nos tribunais cantando os hinos do movimento e com punhos cerrados e erguidos. Tais heróis se juntam a tantos outros na mesma luta pelo continente africano, mas

também àqueles que, fora da África, lutaram contra sua escravização na diáspora.

Poder branco foi mantido

Hoje, 40 anos depois, vivemos sob um governo predominantemente não-branco. Contudo, membros de tal governo, com falsas credenciais de luta (que hoje infundadamente reivindicam terem liderado o levante de 1976) continuam a submeter a maioria negra a uma sociedade dividida por classe e por raça. Ao invés de “poder negro”, privilégio e poder branco foram mantidos na “Nova” África do Sul.

Os brancos continuam a viver nos ricos subúrbios segregados – onde apenas uma pequena classe compradora não-branca consegue ter acesso. Enquanto negros sofrem desemprego muito maior, têm acesso a escolas e hospitais públicos sucateados e ameaçados de fechamento.

Nós chamamos a unidade das organizações negras para lutar pelo aprofundamento da democracia e pelos direitos de nosso povo. O partido majoritário no governo, o CNA, deveria apenas ser apoiado se aplicasse um programa para melhorar a vida de nosso povo, se não pagasse a dívida pública herdada pelo Apartheid, se construísse escolas e hospitais, se parasse com as privatizações, se atacasse o privilégio branco.

Mas o SoPA e as demais organizações do campo do MCN, bem como o PAC, não podem em nome da unidade negra dar apoio ao CNA com as políticas que eles aplicam hoje [contrárias a tudo isso] de subordinação ao imperialismo. Somos também contra centrais sindicais que permitem serem usadas como correia de transmissão para justificar privatizações em nome de seus patrões. Em todo o mundo a classe trabalhadora luta para que saúde, educação, previdência e terra devam estar sob controle público. O levante de 1976 encontra ressonância em nosso programa atual.”

“Com a Intifada, juventude dá uma resposta”

No Brasil, o dirigente palestino Salah Salah discute a luta contra o imperialismo e o Estado de Israel

Diante da crescente opressão do Estado de Israel, a juventude palestina tem dado uma resposta, ao iniciar há dois anos uma nova Intifada (“levante”), como em 1987 e em 2000. Assim, o veterano dirigente Salah Salah, membro do Conselho Nacional Palestino e integrante da coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores (AcIT), apresentou, em reunião no Brasil, a luta de seu povo.

Salah explicou: “Há uma nova Intifada, na qual a maioria dos participantes é jovem. E a resposta que a Intifada deu é: tentamos de tudo para ter um acordo de paz, mas ele não deu certo. A única possibilidade que temos é lutar pelos direitos do povo palestino. Essa é a nossa forma de resistir”.

A reunião foi realizada em 15 de julho, na sede nacional do PT, em São Paulo, promovida pelo Diálogo e Ação Petista. A mesa, dirigida por Julio Turra, contou também com a presença de Khadije El Husaini, dirigente da Liga em Defesa dos Direitos das Mulheres do Líbano.



Da esquerda para direita: Salah, Julio Turra e Khadije

Ao responder a perguntas do plenário, Salah agregou: “Quando a liderança perde a sua capacidade de agir, a juventude se levanta e toma a iniciativa. O que há de comum nas três Intifadas é que a juventude assume o papel de liderança. A primeira mensagem que estão mandando não é para Israel, mas para suas próprias direções. Dizem: acabou essa negociação sem fim”.

Salah fez um balanço dos Acordos de Oslo (1993-1995), firmados entre o Estado de Israel e a OLP, sob me-

dição dos EUA. Ele afirmou que “o processo de paz a partir dos Acordos de Oslo chegou a um beco sem saída”. Citou várias iniciativas tomadas nos últimos anos, pretensamente para fazer avançar as negociações, que não deram resultado. Para ele, o caos criado pelo imperialismo no Oriente Médio beneficia os interesses do governo sionista: “Nessa situação complicada para os países árabes, Israel pode impor suas condições”. E acrescentou: “Por isso, Israel está feliz com o que houve na região. E é obvio o apoio que dá ao Estado Islâmico”.

Um único Estado

Salah explicitou a sua posição sobre uma saída para o conflito: “Defendo

uma solução democrática, a criação de um Estado democrático em toda a Palestina, onde poderíamos viver todos juntos num Estado único, em iguais condições. Sem nenhuma diferenciação baseada em raça, religião ou etnia”, permitindo o direito ao retorno dos palestinos expulsos com a criação do Estado de Israel.

Khadije trouxe para o debate questões relativas à situação das mulheres diante dos conflitos: “Existem guerras em toda a região: Síria, Iraque, Líbia etc. O Líbano sofre os efeitos da guerra. E as primeiras vítimas desses conflitos armados são as mulheres, que sofrem violência, agressões sexuais”.

A reunião aprovou uma moção de solidariedade ao povo palestino e em repúdio ao governo golpista brasileiro, que votou na ONU a favor de Israel, além de rever a proposta do governo de Dilma Rousseff de receber 100 mil refugiados sírios. Na reunião foi informado que Salah Salah e Khadije, acompanhados por Markus Sokol, encontraram-se com a secretária de Relações Internacionais do PT, Mônica Valente, que se dispôs a uma delegação de organizações, como o PT, a CUT e o MST, para visitar campos de refugiados no Líbano.

Cláudio Soares

Turquia: questões após um golpe fracassado

“Uma bênção de Deus, agora nós temos um motivo para limpar nosso exército” (presidente Erdogan, algumas horas após o golpe militar)

A tentativa de golpe na Turquia começou na sexta-feira, 15 de julho, às 22h15. À 0h26, Erdogan chama a população a enfrentar os golpistas.

Dezenas de milhares bloqueiam as tropas. Os soldados parecem desorientados. Um comunicado dos golpistas anuncia um vago objetivo: defender a Constituição.

Quatro horas mais tarde, no início da manhã, Barak Obama condena o golpe e oferece apoio a Erdogan, seguido por Putin e pela União Europeia. Ao meio-dia do sábado, o golpe já fracassou.

Depuração em grande escala

Segundo a imprensa turca, no início da segunda-feira já haviam sido presos 6.000 soldados (sendo 103 generais, um terço do alto comando), 755 juizes e procuradores e mais 650 altos funcionários. Foram demitidos 2.745 juizes. E a depuração continua.

Erdogan acusou a confraria islamista Hizmet, dirigida por Fethullah Güllen, de organizar o golpe. Güllen,

exilado nos EUA desde 1999, é conhecido por suas conexões “particulares” com o Departamento de Estado e participou com Erdogan da constituição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), dito “islamista moderado”. Há alguns anos, Güllen rompeu com Erdogan, opondo-se a mudanças constitucionais que lhe dariam mais poderes.

Sem maioria de dois terços para tais mudanças, Erdogan investe contra os outros partidos, acusando-os de terrorismo.

Claramente, a nação turca está à beira de um confronto de amplitude maior.

A guerra intensificada contra os Kurdos e o esmagamento do movimento da juventude em 2013, a partir da manifestação da praça Taksim, que começou a abalar o controle que o regime exerce sobre a classe operária, não serão resolvidos, nem com a depuração feroz, nem com a marcha a um regime pseudo-presidencial.

Correspondente

França, de novo o pavor

Editorial do jornal *Informações Operárias* analisa situação após ataque em Nice (trechos)

Novamente somos tomados de pavor diante dessa terrível carnificina. Barbárie. Poucos dias antes foram 300 mortos num atentado em Bagdá. Antes ainda foi em Cabul, em Bruxelas, na Costa do Marfim, em Burkina Faso... Os países do Oriente Médio e da África se afundam arrastando a França e os Estados Unidos, a Bélgica...

Diante da tragédia de Nice, Hollande fez um pronunciamento anunciando o prolongamento do estado de emergência, a convocação de reservistas e o reforço de “nossas ações na Síria e no Iraque”. Em 16 de novembro de 2015, três dias depois dos atentados de Paris e do Estádio da França ele anunciou, com poucas diferenças, a mesma coisa.

Estado de emergência para garantir a segurança da população? O que de fato aconteceu? Primeiro foram as investigações e prisões arbitrárias. Depois, a pretexto de agir contra os vândalos (black-blocs), em nome do estado de emergência, o governo tentou proibir a manifestação de 23 de junho contra

a lei do trabalho [contrarreforma trabalhista]. Depois disso, todas as manifestações foram severamente enquadradas e controladas pela polícia.

A contrarreforma trabalhista foi adotada sem votação, por meio do artigo 49.3 da Constituição. Se fosse aplicada, essa lei faria recuar as conquistas operárias à época anterior as convenções coletivas e à existência de sindicatos! O governo é ultraminoritário e sabe disso. O PS é devastado por tamanha crise de desagregação que nem ousa se reunir. À direita, os candidatos à primária se atropelam e se difamam. Todo o edifício da 5a. República vacila, fazendo a União Europeia oscilar perigosamente, situação ainda amplificada pela saída da Grã-Bretanha.

Nessas condições, o chamado à uma jornada de mobilização para 15 de setembro, contra a lei do trabalho, por sua revogação, pela CGT, Força Operária, FSU, Solidários, UNEF, FIDL e UNL surge como um fator de ordenamento na situação.

Venezuela: negociação para pressionar Maduro

Saída política depende da ação independente da classe trabalhadora

Desde que a direita conquistou a maioria do parlamento venezuelano, em 6 de dezembro de 2015, a situação do país entrou num período ainda conflituoso, com cenários que combinam diferentes saídas políticas. Por isso nos perguntamos em diferentes ocasiões: para depor Maduro, o que virá primeiro, referendo, golpe ou negociação?

Neste momento, em que se enfraquece as chances de a oposição conseguir o referendo revogatório do mandato de Maduro, a negociação parece ganhar terreno, sob patrocínio do Papa, da OEA, Unasul, Luis Zapatero (do PSOE-Espanha) e dos ex-presidentes do Panamá e República Dominicana, que formam uma comissão de mediadores. Essa impressão é reforçada porque no final de junho, pela primeira vez em 18 anos de chavismo, um alto



Trabalhadores da Kimberly-Clark garantem emprego com a ocupação da empresa pelo governo

funcionário dos EUA, Thomas Shannon, foi recebido pela presidência da república.

Ao mesmo tempo, permanece a crise no abastecimento, com alimentos subsidiados sendo desviados por todo tipo de cambalacho e contrabando. Para enfrentar a "guerra econômica" movida pela

burguesia, o go-

verno Maduro iniciou, em abril, a centralização pelo estado da venda de produtos básicos por meio dos chamados CLAPs (Comitês Locais de Abastecimento e Produção), mas os problemas ainda estão longe de serem solucionados. Nas negociações, está evidente que a opositora MUD (Mesa de Unidade Democrática), ao lado do imperialismo estadunidense, vai exigir a retirada de conquistas sociais e econômicas obtidas pelo povo trabalhador, especialmente aquelas inscritas na Lei Orgânica

do Trabalho dos Trabalhadores e Trabalhadoras (LOTTT). Entre essas conquistas está o direito de o estado venezuelano intervir em empresas que cessem fraudulentamente suas atividades – como foi o caso recente da estadunidense Kimberly-Clark – para garantir a manutenção de empregos e a produção.

Nesse contexto cresce a importância da ação independente dos trabalhadores, em defesa da LOTTT e organizando a resistência contra a ingerência imperialista, discussão que está colocada na reunião ampliada da direção nacional da CSBT (Central Socialista Bolivariana dos Trabalhadores) que se realiza neste fim de julho.

Correspondente

Greve dos professores continua no México

A luta se mantém há dois meses, apesar da violenta repressão

O governo Peña Nieto revelou total intransigência, mantendo cada vírgula de sua contrarreforma da educação nas reuniões de negociação que, sob pressão, foi obrigado a realizar com os grevistas representados pela CNTE. A CNTE-Coordenadora Nacional de Trabalhadores em Educação, é uma corrente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Educação-SNTE, cuja direção é a favor da contrarreforma que tem no centro a "avaliação de desempenho" dos professores com o objetivo de facilitar demissões.

Embora suspensos nos locais onde estavam consolidadas (na expectativa de facilitar a negociação), os bloqueios de estradas e avenidas agora se estendem a novas regiões do país, com a entrada em movimento

de novos setores do professorado onde a mobilização ainda era muito limitada, em particular nos estados do norte e na própria capital, cidade do México.

Numa região do estado de Chiapas (ao sul), os pais de alunos impulsionaram a formação de uma frente de organizações de moradores, de camponeses e de estudantes para apoiar as demandas da CNTE, chamando a realizar uma Assembleia Popular Permanente. Um jornal da região reporta que "centenas de pessoas – chegaram a ser três mil e quinhentas – permanecem mobilizadas dia e noite".

O governo joga no desgaste

O governo se vê incapaz de fazer refluir o movimento, apesar das demissões, do corte de salários e da

prisão de dirigentes em Oaxaca. O massacre de Nochixtlán (quando a polícia federal matou pelo menos oito pessoas) empurrou novos setores para a greve.

Nessas condições, apostando no desgaste da luta, o governo utiliza o aparato sindical oficial pelego do SNTE para quebrar a greve. Na semana passada, sem mandato da base, o SNTE negociou com o governo a adoção de prêmios aos professores que obtenham boas notas nas avaliações, além de vagas promessas de modificar os exames "de acordo com cada zona socioeconômica do país". Também se fala em melhorar condições técnicas e materiais para tais exames. São tentativas de enganar a categoria desviando da reivindicação essencial de retirada da contrarreforma, pois aceitar as avaliações-demissão, sob quaisquer modalidades, significa renunciar à estabilidade no emprego. Ao mesmo tempo, a direção da

SNTE tenta cooptar dirigentes da greve oferecendo cargos nas instâncias do sindicato.

Por enquanto, os resultados da greve ainda são incertos, apesar do enorme esforço de mobilização realizado por centenas de milhares de professores. Um desafio importante colocado pela greve é a construção, a partir da CNTE, de uma organização sindical nacional independente, rompendo definitivamente com a direção do sindicato oficial. Para isso a estruturação da luta deve ser feita a partir da base, dando a palavra aos professores nas assembleias de local de trabalho. Uma vitória dessa categoria servirá de alento aos trabalhadores de setores chaves da produção (petroleiros, eletricitistas) para romper com os pelegos e o controle que o Estado mexicano ainda exerce sobre suas organizações sindicais.

Correspondente

MERCOSUL: SERRA E FHC CONSPIRAM EM FAVOR DOS EUA

Tendo cumprido um semestre na presidência rotativa do Mercosul, o Uruguai pretendia passá-la, em 12 de julho, a Maduro, da Venezuela, país seguinte pela ordem alfabética, conforme as regras do bloco. Mas em 5 de julho, os golpistas José Serra e FHC foram pressionar o presidente uruguaio Tabaré Vazquez a dar um golpe também no funcionamento do Mercosul e atrasar a transmissão da presidência. Afinado com os golpistas, o direitista Macri, da Argentina, chegou a se oferecer para substituir Maduro. A agência de notícias Prensa Latina, informou que Tabaré Vazquez rejeitou a pressão e pretende convocar para 30 de julho o Conselho do Mercosul durante o qual transmitirá o cargo. No Uruguai avalia-se que por trás do ataque à Venezuela, o verdadeiro objetivo dos golpistas é paralisar e enfraquecer o Mercosul em benefício da política comercial dos Estados Unidos. Uma análise coerente com o fato de o usurpador Serra ter recebido, logo que assumiu, uma alta funcionária da diplomacia estadunidense, Mari Carmen Aponte, para tratar de "temas regionais".

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232